



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

((In) segurança Alimentar e Políticas Públicas)

Reflexões sobre o Programa Bolsa Família e sua Contribuição na Luta Contra a Fome no Brasil

Valter Martins¹
Marilene Parente Gonçalves²
Ketnen Rose M. Barreto³

Resumo. O artigo aborda a trajetória do Programa Bolsa Família (PBF) desde 2003 até seu retorno em 2023, destacando estratégias de combate à fome e pobreza no Brasil. Analisa os contextos político-econômicos e ideológicos que moldaram as políticas públicas, especialmente durante governos de direita. Sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2023, surge uma nova fase progressista. O retorno do PBF oferece oportunidades para fortalecer a esfera social, promovendo a cidadania através da renda condicionada e combatendo a fome no país.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Auxílio Brasil. Transferência de Renda condicionada; Democracia.

Abstract: The article discusses the trajectory of the Bolsa Família Program (PBF) from 2003 until its return in 2023, highlighting strategies to combat hunger and poverty in Brazil. It analyzes the political-economic and ideological contexts that shaped public policies, especially during right-wing governments. Under the government of Luiz Inácio Lula da Silva, from 2023 onwards, a new progressive phase emerges. The return of the PBF offers opportunities to strengthen the social sphere, promoting citizenship through conditional income and fighting hunger in the country.

Keywords: Bolsa Família Program, Brazil Aid. Conditional cash transfer; Democracy.

¹ Assistnte Social, Professor do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, Trabalho e Proteção Social (Getraps). Doutor e Pós-doutorado pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Estágio doutoral no Programa de Pós-graduação e Sociologia da Universidade Autônoma de Barcelona. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7953-0789>.

² Assistente Social, Professora Adjunta A, do Departamento de Serviço Social de Campos/ESR/UFF Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem – CCH/UENF; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8454-4424>.

³ Assistente Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social de Campos-UFF/ESR. Doutora em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9534-4284>.



1 Introdução

Este artigo examina a trajetória do Programa Bolsa Família (PBF) desde sua criação em 2003 até sua suspensão e posterior retorno em 2023, com o propósito de entender as estratégias de transferência de renda para combater a fome e a pobreza no Brasil.

Em 2023, com a volta do Partido dos Trabalhadores ao governo federal após as eleições de 2022, o país entra em uma nova fase política, destacando a abordagem progressista como um caminho para o desenvolvimento econômico e social. Isso coloca a erradicação da pobreza e da fome no centro das discussões e ações políticas. Essa mudança estimula reflexões sobre o papel do Social, influenciado por interesses econômicos, políticos e sociais ao longo da história.

No cenário político analisado, os programas de transferência de renda, incluindo o Bolsa Família, foram utilizados tanto para promover políticas de desenvolvimento social quanto para fins de controle político-partidário, especialmente em governos de direita e extrema direita. No entanto, esses programas também têm sido associados à promoção da justiça social e da dignidade dos cidadãos.

A reflexão sobre o papel do social remete à importância da democracia e sua defesa contra ameaças como discursos neoconservadores e neofascistas. O atual momento de reconstrução política no Brasil, com a mobilização das forças democráticas, busca corrigir distorções e promover a proteção social.

O desafio atual é reparar as distorções na política e no projeto nacional, combatendo ideologias retrógradas e antipopulares. Nesse contexto, o monitoramento e avaliação de programas e políticas públicas são essenciais para corrigir rumos. O debate sobre o Bolsa Família assume um papel crucial nessa revisão da história recente do país.

Este artigo contribui para a análise do papel do social no contexto das políticas sociais, explorando o redirecionamento ideológico nos campos político e econômico e os embates em torno de projetos sociais. Busca-se compreender a retomada do Bolsa Família, considerando sua relação local/universal e os recursos teórico-metodológicos utilizados para enfrentar os desafios cotidianos.



2 Trajetória do Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é uma iniciativa do governo federal que visa fornecer transferências diretas de renda, condicionadas ao cumprimento de requisitos, no âmbito das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Criado e desenvolvido durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o PBF foi instituído inicialmente pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e pelo Decreto 5.209 de 17 de setembro de 2004. Após ser unificado ao Programa Auxílio Brasil (PAB) em 2021, o PBF foi reintroduzido em 2023 pela Medida Provisória nº 1.164 de 2 de março de 2023, sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Rodrigues e Martins (2020) destacam que o PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. O primeiro eixo busca aliviar imediatamente a pobreza, enquanto o segundo envolve compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público para garantir acesso a serviços básicos como saúde, educação e assistência social. Quanto ao terceiro eixo, os programas complementares visam o desenvolvimento das famílias para superar a vulnerabilidade, com a participação de todos os níveis governamentais.

Silva, Yazbek e Giovanni (2007) observam que o PBF é um programa condicionado de transferência de renda que procura romper com práticas assistencialistas ao mesmo tempo em que oferece acesso a direitos sociais básicos. Desde sua implementação em 2004 e sua reintrodução em 2023, o programa tem como objetivo beneficiar famílias em situação de pobreza, estabelecendo uma renda per capita e exigindo o cumprimento de condicionalidades relacionadas à educação e saúde.

Cunha (2009) define as condicionalidades como um contrato entre as famílias e o poder público, que devem ser cumpridas para receber o benefício financeiro. O reforço no cumprimento dessas condicionalidades amplia o acesso aos direitos sociais básicos para as famílias beneficiárias.

Desde sua criação, o PBF tem sido uma peça fundamental no combate à fome e à pobreza, representando uma evolução dos programas de transferência de renda anteriores. A família é considerada a unidade beneficiária, refletindo novos conceitos e arranjos familiares.

O programa agregou gradualmente programas anteriores, como o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e o Cartão-Alimentação, em uma política nacional de transferência de renda mais



organizada. A unificação visava simplificar o gerenciamento das transferências monetárias, anteriormente dispersas entre vários programas.

O PBF é uma resposta às crescentes expressões de pobreza e exclusão social no Brasil, destacando a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e multissetorial para enfrentar esses desafios. Sua reintrodução em 2023 reflete a importância contínua dessa política na promoção da inclusão social e redução da desigualdade no país.

As transformações econômicas e políticas das últimas décadas, marcadas pelo avanço do neoliberalismo e pela globalização financeira, influenciaram diretamente as políticas públicas no Brasil. No entanto, a ascensão do Programa Bolsa Família (PBF) a partir das eleições de 2002 representou um ponto de virada, marcando uma nova abordagem política e econômica sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Essa era caracterizada pela aplicação de políticas neodesenvolvimentistas que buscavam integrar aspectos econômicos globais com ações sociais.

Durante esse período, houve uma reconfiguração das políticas públicas, com maior ênfase nas questões sociais. Embora algumas análises, como a de Thomé (2013), apontem que as políticas de transferência de renda não representaram uma reforma estrutural no setor social, os esforços foram visíveis, especialmente com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria em 2011. Esse plano, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reconheceu a persistência da extrema pobreza no país, propondo medidas para alcançar os mais necessitados.

O aumento do alcance do PBF ao longo da década, com iniciativas como o Benefício para a Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP) em 2012, refletiu o compromisso do governo em combater a pobreza. Essas ações contribuíram para melhorar a situação de milhões de famílias brasileiras, como destacado por Menezes e Santarelli (2013), que apontaram uma significativa redução na pobreza e uma mobilidade social ascendente para as classes mais baixas da população.

Um aspecto importante foi a integração das políticas de transferência de renda com outras medidas, como o reajuste do salário mínimo, que teve um aumento real de 53% durante os oito anos do governo Lula. Além disso, a ênfase na inclusão produtiva ajudou a redefinir o mercado de trabalho e a proporcionar mais oportunidades para os trabalhadores.

O PBF faz parte de um conjunto de programas integrados ao Sistema Único de Assistência Social (Suas), operando por meio de unidades como os Centros de Referência em Assistência Social (Cras). Esses centros desempenham um papel crucial na identificação e no acompanhamento das famílias beneficiárias, além de servirem como ponto de cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que é essencial para a seleção dos beneficiários do PBF.



O CadÚnico desempenha um papel fundamental na identificação das famílias de baixa renda, sendo utilizado não apenas para o PBF, mas também para outros programas sociais. A Caixa Econômica Federal desempenha um papel central no processamento dos cadastros e no pagamento dos benefícios, tornando-se um elemento chave na implementação dessas políticas.

Essas iniciativas representam um esforço significativo do Estado brasileiro em lidar com a pobreza e promover a inclusão social, embora persistam desafios e críticas quanto à eficácia e sustentabilidade dessas políticas no longo prazo. O debate em torno do PBF e de outras políticas sociais continua sendo relevante para o desenvolvimento do país e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Programa Bolsa Família (PBF), inserido no contexto dos Programas de Transferência de Renda (PTR), enfrentou desafios e críticas ao longo dos anos, levantados por acadêmicos, políticos e pensadores. Algumas críticas apontam para o risco de personalismo e assistencialismo, a focalização na pobreza em detrimento de suas causas e o possível impacto na organização social e política. Há argumentos sobre uma mudança na abordagem da pobreza, favorecendo a individualização em detrimento da integração social e mobilidade pelo trabalho.

Apesar das críticas, os governos do Partido dos Trabalhadores promoveram uma expansão da proteção social e enfrentaram a pobreza, alinhados ao discurso de promoção da cidadania. Essa mudança de agenda política refletiu uma tendência global de redefinição dos Estados de bem-estar social, tanto nos países centrais quanto nos em desenvolvimento, adaptando-se às suas realidades econômicas, políticas e sociais.

Thomé (2013) sugere que o Brasil, ao adotar políticas como o Bolsa Família, experimentou uma forma de universalização dentro do contexto de um país em desenvolvimento, alinhado a uma redefinição da social-democracia. O discurso de cidadania ganhou destaque com a instauração do Estado Democrático de Direito, promovendo a participação social e o acesso aos direitos públicos.

Essa abordagem democrática também se refletiu na relação intersetorial do Bolsa Família com políticas de saúde, educação e assistência social, através das condicionalidades, reacendendo discussões sobre cidadania e direitos sociais. No entanto, o afastamento da presidente Dilma Rousseff em 2015 desencadeou um processo de desconfiguração e marginalização do setor social, permitindo a disseminação de discursos e ações conservadoras e antidemocráticas no país.



3 Expropriação do social pelo pacto neoconservador no Brasil

Nos últimos anos, o Brasil tem buscado alinhar suas políticas ao padrão adotado por países desenvolvidos, implementando uma nova abordagem de gestão pública desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essa nova gestão pública, em sintonia com o neoliberalismo, abraçou a contrarreforma do Estado, priorizando a terceirização e a transferência de responsabilidades para a sociedade civil.

Historicamente, o Brasil se estabeleceu como uma nação economicamente dependente do capital estrangeiro e do capital nacional, situando-se na periferia do sistema capitalista global. Até 1988, as políticas sociais no país se baseavam principalmente em contribuições diretas, com acesso a serviços e benefícios condicionados ao emprego formal.

O Brasil não pode ser considerado um Estado de bem-estar social devido à sua natureza periférica e à sua tardia industrialização. Apesar do progresso industrial, o país não alcançou os níveis de crescimento econômico dos países centrais.

As crises nos países centrais do capitalismo afetam os países periféricos de maneira desproporcional, ignorando as diferenças econômicas e políticas entre eles. No Brasil, o desenvolvimento do neoliberalismo tem fortalecido as leis de mercado, a privatização e o antiestatismo, comprometendo a proteção social garantida pela Constituição Federal.

As lutas sociais lideradas pelos movimentos sociais e sindicatos conquistaram avanços significativos nos direitos sociais e políticos, mas não conseguiram alterar a estrutura de desigualdade de classes, mantendo a hegemonia das elites financeiras.

As contradições da democracia brasileira refletem os interesses das elites, apesar de enfrentarem alguma resistência. O autoritarismo, o patrimonialismo e a corrupção do poder político representam desafios ao processo democrático e à construção de uma sociedade igualitária.

Apesar dos avanços políticos e institucionais, o predomínio das oligarquias persiste, limitando a participação da sociedade na vida política e mantendo o controle dos interesses públicos por uma minoria.

Em resumo, apesar das mudanças políticas e institucionais ocorridas desde a década de 1980, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para alcançar uma democracia verdadeiramente representativa e igualitária, onde os interesses da maioria prevaleçam sobre os das elites.

As forças políticas dominantes neste país promovem seus interesses corporativos, onde a democracia se limita ao ato de votar, delegando o poder de decisão aos representantes eleitos. O golpe institucional-parlamentar de 2015, que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff, exemplifica essa dinâmica, impulsionado por



uma crise política amplamente propagada pela mídia corporativa em defesa dos interesses neoliberais.

Segundo Miguel (2016), o Fundo Monetário Internacional (FMI) desempenhou um papel crucial ao alertar sobre os riscos econômicos no Brasil, pressionando por medidas de ajuste fiscal e influenciando a política nacional. Os governos petistas, apesar de promoverem políticas de redução da miséria e ascensão social, mantiveram uma conciliação com as elites, o que, segundo Miguel, não permitiu mudanças sociais significativas.

Löwy (2016) observa que o impeachment se tornou uma estratégia eficaz das oligarquias latino-americanas para eliminar presidentes de esquerda, revelando um desprezo pela democracia e pela vontade popular por parte das elites brasileiras. Antunes (2016) caracteriza o processo como um golpe parlamentar para substituir governos que não servem mais aos interesses das classes dominantes.

O governo Bolsonaro, seguindo uma agenda neoliberal, implementou uma série de reformas que atacaram os direitos sociais conquistados, como a Reforma da Previdência e a Lei da Terceirização. As políticas sociais tornaram-se compensatórias diante da flexibilização dos direitos trabalhistas, alimentando um discurso ultraconservador e de extrema direita.

A mudança de discurso de Bolsonaro em relação ao Programa Bolsa Família (PBF) reflete suas estratégias políticas. Após criticar o programa, o governo lançou o Auxílio Brasil, buscando apagar as associações do PBF com o PT. No entanto, essa mudança não visou melhorias na proteção social, mas sim a busca pela reeleição, como argumenta Costa (2021).

A extinção do PBF e a criação do Auxílio Brasil resultaram em desorganização nos sistemas de gestão e monitoramento, prejudicando a eficácia das políticas de transferência de renda condicionada. A medida precipitada do governo gerou incertezas e dificuldades operacionais, impactando negativamente os beneficiários do programa.

Assim, a transformação do PBF sob o governo Bolsonaro reflete não apenas mudanças políticas, mas também a instrumentalização da proteção social para objetivos políticos de curto prazo, comprometendo o bem-estar dos mais vulneráveis.

O Auxílio Brasil representa uma mudança significativa nos fundamentos do programa anterior, resgatando a narrativa de moralização da pobreza ao enfatizar a auto-responsabilização dos indivíduos por sua situação econômica. Esta abordagem promove a "inclusão produtiva", destacando o esforço individual como meio de superar a pobreza. No entanto, ignora as transformações ocorridas na proteção social e no mercado de trabalho, onde os empregos formais e seguros têm diminuído devido ao avanço do neoliberalismo, refletido em medidas como o Regime Fiscal (2016), Lei da Terceirização (2017), Reforma Trabalhista (2017) e Reforma da Previdência (2019) (De Sordi, 2021).



De acordo com De Sordi (2021), essas mudanças na política de transferência de renda contribuem para a estigmatização dos beneficiários dos programas sociais, agravada pela interrupção do Programa Bolsa Família durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, resultando na volta do Brasil ao mapa da fome.

As alterações no Cadastro Único refletem a transformação do Programa Bolsa Família, simplificando o acesso aos benefícios e programas sociais do governo. O uso de um aplicativo para smartphone para o autoregistro impactou na desativação da rede de assistência social baseada nesses dados, comprometendo o controle e a transparência na execução dos programas (De Sordi, 2021).

Embora o Auxílio Emergencial durante a pandemia tenha sido crucial para a sobrevivência de milhões, o autoregistro representou um risco para o monitoramento e desenvolvimento das políticas sociais. A mudança no Cadastro Único, que deixou de ser usado para a seleção de beneficiários do Bolsa Família, resultou na inclusão de pessoas identificadas como não pobres no programa, por razões políticas, até dezembro de 2022.

A criação do aplicativo Auxílio Brasil e a paralisação do Cadastro Único afetaram o funcionamento dos programas sociais brasileiros, já que o CadÚnico é essencial para a identificação e monitoramento dos beneficiários de diversos programas de assistência social e de transferência de renda.

O Cadastro Único desempenha um papel importante na formulação de políticas públicas, fornecendo dados para diagnósticos sobre pobreza e distribuição de recursos para os municípios. Além disso, auxilia no acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família nas áreas de saúde e educação, contribuindo para ações socioassistenciais locais e o planejamento de políticas públicas.

O Auxílio Brasil, ao desconsiderar a importância do Cadastro Único e enfraquecer as políticas públicas de combate às desigualdades, apresenta desafios para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva na reorganização da rede de proteção social, especialmente nas áreas de assistência social e transferência de renda.

Diante desse cenário, a nova fase do Programa Bolsa Família demanda uma análise cuidadosa em nível municipal, considerando a caracterização do programa, seu público-alvo e a avaliação das condicionalidades.

5 Considerações Finais

A recomposição promovida pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, exemplificada pela iniciativa do Programa de Fortalecimento Emergencial do Cadastro Único no Sistema



Único de Assistência Social (PROCAD-SUAS), estabelecido pela Resolução CNAS/MDS nº. 96 de 15 de fevereiro de 2023, e vinculado à reinstauração do PBF em março de 2023, indica um potencial início de resgate do aspecto social como um meio de garantir dignidade na proteção social. Este movimento permite a identificação e assistência a grupos prioritários, corrigindo inconsistências e atualizando registros para incluir efetivamente aqueles em situação de vulnerabilidade. Pode representar um avanço na efetivação do Artigo 6º da Constituição de 1988, que aborda os Direitos Sociais, dada a natureza abrangente e transversal do PBF, conforme discutido anteriormente.

Olhando para o futuro, buscamos desafiar a "reconversão social", como abordada por Ivo (2008), referente ao período pós-1988, quando o Brasil entrou na era da economia globalizada e reestruturada neoliberal. Mesmo em 2023, essa expressão ainda é pertinente devido às turbulências político-ideológicas durante os últimos governos de inclinação neoconservadora, para os quais os programas sociais são encarados como um fardo financeiro e uma ferramenta eleitoral.

O Brasil contemporâneo enfrenta uma série de contrarreformas que ameaçam os direitos sociais conquistados, justificadas pela necessidade de ajuste fiscal e desenvolvimento econômico. Essa "democracia" tem sido utilizada para legitimar a desmontagem da seguridade social e o enfraquecimento das políticas sociais. Os discursos e posições antidemocráticas, com traços neofascistas, têm ganhado espaço, moldando as discussões e decisões nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como na sociedade civil.

Apesar desses desafios, há novas perspectivas para a efetivação da democracia, como demonstrado pelas ações do presidente Lula, incluindo medidas como o "revogaço", a ampliação do orçamento para o PTR e a retomada do Fundo Amazônia. O retorno do PBF durante o governo de Lula a partir de 2023 oferece oportunidades para fortalecer o aspecto social.

O PBF, assim como outros programas de transferência de renda implementados desde os anos 2000, revela contradições ao oferecer renda para famílias em situação de pobreza, mas não abordar completamente as questões macroestruturais da sociedade capitalista neoliberal. No entanto, considerando o contexto histórico, econômico e político, o PBF pode ser situado como um passo em direção à cidadania ao permitir o acesso a serviços essenciais como saúde e educação. O retorno do PBF sob o governo de Lula a partir de 2023 abre portas para aprimorar o aspecto social.



Referências bibliográficas

ANTUNES, Carolina. De crítico a defensor do Bolsa Família: veja frases de Bolsonaro. **A Gazeta** (online). 2020. Acesso em 28/08/2023. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/politica/de-critico-a-defensor-do-bolsa-familia-veja-frases-de-bolsonaro-0820>

ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar**: o governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas, Autores Associados, 2006.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BOITO JR., Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. 2012. mimeo. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>. Acesso em: 26 de jan. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 5.209** de 17 de setembro de 2004a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/acesso-ainformacao/legislacao/bolsafamilia/decretos/2004/Decreto%20no%205209%20de%2017.09.2004.pdf/view>. Acesso em: 24 de jul. 2012.

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Câmara dos Deputados. Brasília, 2016.

BRASIL. MDS. **Plano Brasil Sem Miséria**. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. MDS. **Portaria nº. 246**, de 20 de maio de 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/estados_e_municipios/gestores-municipais/. Acesso em: 25 de jul. de 2012.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 1.061**, de 2021 Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, 2021.

BRASIL, **Conceitos do Cadastro Único**. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – Senarc Nº 362. Brasília, 2013.

COSTA, Raíssa Maria Alves Soares. Do Bolsa Família, estratégia de combate à pobreza, ao auxílio Brasil, estratégia eleitoral. **Vozes da ABRAPSO**, São Paulo, n. 02, nov. 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre a cidadania e modernidade. **Revista Agora**, Ano 2, n. 3, dez.2005.

CUNHA, Rosani. **Transferência de renda com condicionalidade**: a experiência do Programa Bolsa Família. *In*: BRASIL. MDS. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. UNESCO, Brasília, DF, 2009.



De SORDI, Denise. O Programa Auxílio Brasil e o encerramento do Bolsa Família. Le **Monde Diplomatique Brasil**, 2021. Acesso em 28/08/2023. Disponível: <https://diplomatique.org.br/o-programa-auxilio-brasil-e-o-encerramento-do-bolsa-familia/>

IVO, Anete B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo, Anablume, Salvador: CRH-UFBA, 2008.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. IN: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo (orgs). **Porque gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo:Boitempo,2016, p.61-69.

MACIEL, David. **Governo Bolsonaro**, ameaça fascista e luta socialista. Disponível em: <https://marxismo21.org/>. Acesso em 20 de agosto de 2023.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. **Da estratégia Fome Zero ao Plano Brasil Sem Miséria**: elementos da seguridade social no Brasil. IBASE, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. *In*: JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. CLETO, Murilo (orgs). **Porque gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016, p.31-39.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Lua Nova. Rev. Cultura Política**, SP. n. 16, mar.1989.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura do governo democrático ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RODRIGUES, Luciano Batista; MARTINS, Valter. Respostas institucionais do Programa Bolsa Família às expressões de pobreza em Campos dos Goytacazes. **O Social em Questão**, Vol., núm.47, pp.297-318, 2020. Acesso em 28 de Agosto de 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552263106017>

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família**: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, V. 12, n.6, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A Política Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza (org.). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo, Cortez, 1997.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2013.